

## **Dilemas Contemporâneos da Política Econômica Brasileira: uma abordagem a partir da visão keynesiana**

*Antonio Corrêa de Lacerda<sup>1</sup>*

**Área: 2. História Econômica e Economia Brasileira**

**Sub-área: 2.3. Economia Brasileira Contemporânea**

O artigo discute, a partir do referencial teórico keynesiano, os principais dilemas contemporâneos da economia brasileira, especialmente no que se refere às limitações impostas pela escolha do conjunto das políticas macroeconômicas praticadas e sua influência como fatores limitadores do crescimento.

Subdividido em quatro seções, o artigo apresenta, na primeira seção, uma breve análise de pontos do referencial teórico keynesiano, principalmente no que se refere ao papel da moeda e das taxas de juros e das crises. Keynes, em contraponto à visão neoclássica, dá destaque aos fundamentos dinâmicos da economia, a partir de Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936). Nela analisa a dinâmica do processo, se contrapondo à idéia de equilíbrio automático da economia preconizado pela teoria neoclássica. A demanda efetiva representa papel determinante para o crescimento.

Na abordagem keynesiana, a moeda é uma opção, em detrimento de outro ativo. Uma expectativa negativa quanto aos desdobramentos da economia leva os agentes a se resguardarem em ativos de maior liquidez, especialmente nos momentos de incertezas. Nesse sentido, a taxa de juros é o prêmio que um agente recebe por privar-se de sua liquidez, ou seja, a demanda por moeda depende da preferência pela liquidez do agente econômico. A taxa de juros não é o prêmio pela renúncia em se gastar no presente, mas sim, a recompensa por não entesourar. Na visão keynesiana, a taxa de juros é um fenômeno monetário e não real.

A taxa de juros depende da preferência pela liquidez dos ativos pelos agentes econômicos. Esta preferência, por sua vez, se justifica pelo fator incerteza relacionada à expectativa futura dos eventos econômicos e dos resultados futuros dos investimentos passados e presentes. Portanto, diante da incerteza no cenário econômico, os agentes preferem manter suas riquezas sob a forma de moeda líquida.

A segunda seção discute os desafios impostos pela globalização financeira a partir do último quarto do século vinte e seus impactos, especialmente quanto ao espaço para as políticas econômicas locais. Dada a hegemonia das finanças nessa nova fase do capitalismo, a globalização produtiva, entendida como as inovações no campo tecnológico e a expansão do comércio exterior e dos fluxos de investimento direto estrangeiros, torna-se subordinada à globalização financeira, na medida em que os limites para a globalização produtiva é determinado por esta última.

Apesar da diminuição de poder dos Estados nacionais, no entanto, é certamente um equívoco atribuir os problemas locais unicamente aos efeitos da globalização. Na verdade, a autonomia das políticas econômicas dos países fica limitada quando utilizam

---

<sup>1</sup> Professor-doutor do departamento de economia da PUC-SP.

uma política de estabilização excessivamente baseada na liberalização do mercado e da fixação de metas monetárias, que causam impactos, tanto na política monetária quanto nos juros.

A terceira seção analisa os dilemas da economia brasileira no que tange às as escolhas da política econômica e como elas se desenvolveram especialmente a partir do ano 1999. Nos últimos vinte anos a economia brasileira evoluiu em itens importantes, como o controle da inflação a partir de 1994 e a diminuição da vulnerabilidade externa, a partir dos anos 2000. No entanto, permanece o desafio principal superar a semi-estagnação e alcançar um ritmo crescimento mais robusto e sustentado.

Na conclusão, são discutidas as escolhas da política econômica brasileira dos governos FHC e Lula e apontados os principais limitadores para o crescimento e desenvolvimento econômico. Embora o Brasil tenha obtido relativo sucesso no controle inflacionário a partir de 1994, a elevada taxa de juros praticada e a combinação das políticas macroeconômicas, especialmente monetária, cambial e fiscal, implicam restrições ao crescimento sustentado da economia.

O referencial teórico keynesiano permite uma análise mais aprofundada da economia brasileira, revelando expressivas contradições. Ao mesmo tempo em que há nítidos avanços em alguns pontos, há em outros evidentes equívocos na escolha de alternativas, o que faz com que desperdicemos excelentes oportunidades de desenvolvimento.

Os elevados juros inibem os investimentos produtivos, transferem renda para a camada mais rica e distorcem as estruturas produtivas, pela lógica perversa da queda da exportação e da substituição da produção local por importações, favorecidas pelo “subsídio” do câmbio valorizado.

O mercado financeiro brasileiro tem uma anomalia de origem dada pelas distorções decorrentes, primeiro do longo período de inflação, depois pelo crescimento da dívida pública e os elevados juros praticados. Isso fez com que a maior parte dos recursos estivessem atrelados ao financiamento da dívida pública, o que gerou certo comodismo, tanto dos gestores de recursos, como por parte dos aplicadores.

A formação de poupança, ao contrário do que prega a economia neoclássica, não é um pré-requisito para o investimento e, em última instância, para o crescimento da economia. O aumento das vendas é que faz com que as empresas procurem atender ao crescimento da demanda, realizando, se preciso, novos investimentos. Em um quadro de relativa disponibilidade de opções de financiamento (bancos públicos, mercado de capitais, fundos, captações no exterior, etc..) e condições macroeconômicas favoráveis, o investimento necessário pode se viabilizar sem grandes restrições.